



	Matemática	Análise	Professor Adjunto, Nível I	Dedicação Exclusiva	Não houve candidato inscrito
		Ensino de Matemática ou Educação Matemática			Não houve candidato inscrito
		Matemática Aplicada			Não houve candidato aprovado

II - ESTABELECEER o prazo de validade do concurso em 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

PORTARIA Nº 533, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:
RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 3.267/2013, de 20/9/2013, Publicada no DOU de 02/10/2013, que trata de homologação de candidatos aprovados em Concurso Público para a Carreira do Magistério Superior, objeto do Edital nº. 011, de 05/04/2013, publicado no DOU de 08/04/2013, retificado no DOU de 10/04/2013 e 15/04/2013, nos termos seguintes:
Onde se lê:

Unidade	Departamento	Área	Classe/Padrão	Carga Horária	Candidato	Classificação
FD	Direito Aplicado	Prática Jurídica Real I; Prática Jurídica Real II	Professor Auxiliar, Nível I.	40H	Bruno de Souza Cavalcante	1º
					Cláudia de Santana	2º

Leia-se:

Unidade	Departamento	Área	Classe/Padrão	Carga Horária	Candidato	Classificação
FD	Direito Aplicado	Prática Jurídica Real I; Prática Jurídica Real II	Professor Auxiliar, Nível I	DE	Bruno de Souza Cavalcante	1º
					Cláudia de Santana	2º

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

PORTARIA Nº 544, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:
I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do o Edital n.º 037, de 19/09/2013, publicado no DOU de 23/09/2013, retificado no DOU de 25/09/2013, 27/09/2013, 03/10/2013, 11/10/2013, 22/11/2013, por Unidade, Departamento, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos:

UNIDADE	ÁREA	CLASSE/ PADRAO	CARGA HORÁRIA	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
FCF	Farmacognosia e Química Inorgânica.	Professor Adjunto, Nível I	Dedicação Exclusiva	Não houve candidato aprovado	

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 9, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

O Vice-Diretor do Colégio Técnico de Bom Jesus, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o edital 002/2014/CTBJ de 11/02/2014 e publicado no DOU de 12/02/2014, resolve:
Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo, habilitando o candidato ITAMAR PEREIRA DA SILVA, classificando o mesmo para contratação, para exercer a função de professor substituto na área de Química no Colégio Técnico de Bom Jesus.

RAIMUNDO FALCÃO NETO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 330, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o teor da Portaria MEC/GB Nº. 1.370, de 07.12.2010; resolve:
Tornar sem efeito, a Portaria n.º 162-GR/IFAM, de 14 de fevereiro de 2014 que alterou a nomenclatura de Assessoria Jurídica para Assessoria Processual.

JOÃO MARTINS DIAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

PORTARIA Nº 89, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

O Reitor Pro-Tempore do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1004, de 08/10/2013, publicada no D.O.U. de 09/10/2013, considerando o Processo nº 23302.000173/2014-32, resolve:
ALTERAR, "ad referendum", o Organograma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, na forma a seguir especificada:

- 1 - Criar o Cargo de Direção Institucional I, código CD-03;
- 2 - Criar o Cargo de Direção Institucional II, código CD-03;
- 3 - Criar o Cargo de Direção Institucional de Expansão e Reestruturação, código CD-03;

- 4 - Criar o Cargo de Departamento de Obras e Infraestrutura, código CD-04;
 - 5 - Criar o Cargo de Departamento de Apoio ao Ensino e Aprendizagem, código CD-04;
 - 6 - Criar o Cargo de Assessoria de Desenvolvimento Institucional, código CD-04;
 - 7 - Criar o Cargo de Departamento de Administração de Pessoas, código CD-04;
 - 8 - Criar a Função Gratificada de Coordenação de Sistemas de Bibliotecas, código FG-01;
 - 9 - Criar a Função Gratificada de Coordenação Pedagógica, código FG-02;
 - 10 - Alterar a Função Gratificada de Cadastrador Institucional, código FG-01; para Coordenação de Informações Institucionais, código FG-01;
 - 17 - Alterar a Função Gratificada de Coordenador de Lotação e Pagamento, código FG-01; para Coordenador de Administração de Folha de Pagamento, código FG-01;
 - 18 - Extinguir o Cargo de Direção de Apoio ao Ensino e Aprendizagem, código CD-03;
 - 19 - Extinguir a Função Gratificada de Acervo Bibliográfico, código FG-02
- Os efeitos financeiros desta Portaria entrarão em vigor a partir da data da Publicação no Diário Oficial da União.

IVALDO JOSÉ DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

PORTARIA Nº 62, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS, nomeado pela Portaria n.º 046/2014/IFTO/CAMPUS PALMAS de 17 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
Art. 1º Anular, por força de decisão liminar proferida no processo de n.º 5064-70.2013.4.01.4300 em tramitação na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins da Justiça Federal, o contrato de n.º 21/2013 de 05/06/2013 publicado no D.O.U. n.º 107, Seção 03, de 06/06/2013, firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Palmas e Dhenize Maria Franco Dias para prestação de serviços didático-pedagógicos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 27/02/2014.

VLADIMIR LISBOA DE CARVALHO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 85, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe sobre os convênios a serem celebrados pelo Inep com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal para o apoio nas Operações de Segurança Pública na Distribuição dos Instrumentos de Avaliação do Inep.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o previsto na Lei 11.507, de 20 de julho de 2007, o Decreto 6.092, de 24 de abril de 2007, o Decreto 7.114 de 19 de fevereiro de 2010 e o Decreto 7.590, de 26 de outubro de 2011, resolve:
Art. 1º Estabelecer o limite máximo de valores para a Transferência Voluntária de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as Operações de Segurança Pública na Distribuição dos Instrumentos de Avaliação do Inep para o próximo triênio, de 2014 a 2016.

§ 1º Os valores a serem repassados deverão ser definidos entre os proponentes e o concedente, respeitando-se o limite mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme determina o art. 2º, inc. I do Decreto nº 6.170 de 25/07/2007 e o art. 10, inc. I da Portaria Interministerial MP/MF/CGU/ nº 507, de 24/11/201, até o limite especificado para despesas correntes e de capital na tabela de repasse constante no Anexo I, desta Portaria, com vistas ao fiel cumprimento do objeto do convênio a ser celebrado.
§ 2º A metodologia utilizada para definição dos valores a serem repassados atenderá aos seguintes critérios de distribuição:
I - rotas (número de rotas escoltadas pelos operadores das Secretarias de Segurança Pública por Unidade da Federação tendo como base o ano de 2013);
II - locais de aplicação (número de locais de aplicação patrulhados e vigiados pelos operadores das Secretarias de Segurança Pública por Unidade da Federação no ano de 2013);
III - inscritos (número de inscritos por Unidade da Federação no ano de 2013).
§ 3º A solicitação de recursos para despesas correntes deverá ser precedida de um estudo prévio que demonstre o alinhamento da aquisição de determinado bem ou serviço com o objeto do convênio.
Art. 2º O repasse através do convênio visa ao atendimento de um padrão mínimo de segurança para os exames. Esse padrão mínimo depende de duas ações: